

Notas de
pesquisa

A expansão metropolitana de Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no eixo-sul

O Projeto Eixo-Sul teve início em junho de 2002 e estará concluído no segundo semestre de 2006, tendo contado com financiamentos da Pró-Reitoria de Pesquisa da UFMG, do CNPq e da FAPEMIG. Em linhas gerais, pode ser considerado bastante bem sucedido em dois aspectos: a) tem propiciado uma reflexão importante sobre a dinâmica metropolitana recente, em particular no que se refere tanto aos processos de expansão urbana quanto às tentativas de regulação de tais processos nos campos urbano e ambiental; b) tem possibilitado a articulação de professores, pesquisadores e alunos de pós-graduação e graduação de diferentes cursos e unidades da UFMG e fora dela, consolidando a pesquisa em caráter interdisciplinar e permanente em torno dos estudos urbanos e regionais. O projeto de pesquisa envolve onze professores pesquisadores de Programas de Pós-graduação (Geografia, Demografia, Economia e Arquitetura e Urbanismo da UFMG e Ciências Sociais da PUC-Minas), da FAFICH/UFMG, um professor visitante (CSU, Chico, CA), além de alunos de graduação e pós-graduação.

O projeto busca produzir e aprofundar o conhecimento sobre os processos recentes de produção do espaço urbano e metropolitano na Região Metropolitana de Belo Horizonte, com vistas a realimentar os debates teóricos e contribuir para se repensar a questão metropolitana, tendo em vista a estruturação de um processo de planejamento e gestão calcado na cooperação e solidariedade entre os municípios e que identifique possibilidades tanto de redução dos diferenciais de segregação e exclusão sociais como de preservação das especificidades socioambientais da região.

Para tanto foram identificadas e discutidas questões referentes aos seguintes aspectos: formas de organização socioespacial relacionadas com a emergência de alternativas econômicas envolvendo movimentos comunitários; políticas públicas municipais e metropolitanas indutoras da ocupação do território ou de controle de grandes empreendimentos econômicos, em especial os procedimentos e implicações da regulação urbanística e ambiental e o papel das instâncias colegiadas de deliberação no controle e licenciamento das atividades; processos de segregação socioespacial e de mobilidade residencial, vinculando-os à investigação do significado das novas formas associadas à valorização da natureza e da segurança, implícitas na proliferação de loteamentos de acesso restrito, os chamados “condomínios”, no seu potencial alimentador de um mercado imobiliário ascendente e segregador; transformações e possibilidades de permanência na região de outras formas de urbanização, sejam os núcleos tradicionais, sejam as áreas “populares” de residência dos empregados em serviços domésticos e pessoais; estratégias do setor privado que podem atuar na direção da socialização dos custos e privatização dos benefícios associados tanto à valorização fundiária quanto aos impactos socioambientais ne-

gativos (recursos hídricos, sistema viário, áreas de preservação, entre outros) dos investimentos realizados na região; estratégias das administrações municipais voltadas para a competição, via atração de moradores de alta renda e atividades terciárias superiores; articulações socioeconômicas e territoriais visando a contribuir para outras formas de construção do exercício da política no nível do conjunto da metrópole.

A produção do espaço no eixo-sul foi analisada como resultado de uma dinâmica urbana/metropolitana mais geral e de especificidades desse recorte espacial. Trata-se de Área de Proteção Ambiental em conflituoso processo de institucionalização, com significativos mananciais de abastecimento de água de alcance metropolitano, sendo também área historicamente ocupada pela mineração de ouro e de ferro com todas as conseqüências ambientais associadas a tais usos, entre as quais se inclui uma expressiva concentração fundiária. Nas últimas décadas vem se configurando como área preferencial de expansão habitacional das chamadas “elites”.

Os resultados de tal leitura permitiram identificar grande comparabilidade com processos gerais ocorridos em outras regiões metropolitanas, particularmente no que se refere às formas de segregação socioespacial e às novas formas de moradia usual e equivocadamente (em termos legais) referidas como condomínios. Longe de serem homogêneos, os chamados “condomínios” apresentam grande diversidade de formas de ocupação do espaço e de valores relacionados aos modos de vida, identificando-se diferentes gerações de condomínios e distintas práticas socioespaciais dos moradores, com implicações diversas em relação às perspectivas para o futuro da metrópole. Discute-se a relação entre os processos de produção do espaço e a crescente segregação socioespacial, bem como a racionalidade da ocupação de espaços pela população de baixa renda, acompanhando aquela racionalidade que preside a localização dos estratos de renda alta comandada pelo mercado imobiliário.

Discute-se também a efetividade da institucionalização e do planejamento das várias unidades de conservação presentes na região: APAs, unidades de proteção integral e de proteção de mananciais, parques e um crescente número de RPPNs. A mais importante dessas unidades é a APA-SUL, que foi estabelecida com base em preocupações de cunho metropolitano e não exclusivamente ecológico. Criada há dez anos a partir de ampla mobilização de movimentos ambientalistas e sociais, até hoje permanece em situação indefinida quanto ao zoneamento ecológico-econômico, evidenciando os fortes conflitos de interesses entre as atividades imobiliárias, minerárias e de preservação. As perspectivas de esgotamento da mineração prenunciam novas formas de exploração de “produtos da natureza”, como a comercialização da água e os lançamentos imobiliários certificados ambientalmente, transformando o valor de uso coletivo inerente à preservação ambiental em valor de troca, materializado na elevação dos valores fundiários e na elitização do acesso à moradia.

A utilização de parâmetros da regulação ambiental na expansão urbana revelou-se uma área profícua de análise, mostrando, por um lado, o ganho e a importância de tal incorporação e, por outro, o quanto os instrumentos de gestão ambiental estão pouco adaptados para regular a complexidade de uma atividade como a urbanização. Um estudo

sobre parâmetros de sustentabilidade nos condomínios demonstrou uma distância expressiva entre o discurso ambientalizado de moradores e promotores imobiliários e as poucas mudanças de valores no cotidiano dos moradores, bem como nas relações de dependência entre tais fragmentos urbanos e áreas centrais. A questão da autonomia dos assentamentos é irreal e com poucas perspectivas de realização. Tem-se, pelo contrário, a extensão dos padrões e valores urbanos/metropolitanos a todo o território.

Do ponto de vista do planejamento e gestão, o trabalho trouxe à tona a discussão das políticas urbanas e sua maior ou menor articulação com a discussão da gestão metropolitana. Observa-se o dilema por que vêm passando os governos municipais, face à crescente necessidade de construir alternativas que fortaleçam o poder local, divididos entre dois paradigmas que vêm orientando a gestão urbana e ambiental contemporânea: a competição e a solidariedade.

O trabalho recuperou, de forma marcante, a centralidade da discussão das questões fundiárias para a compreensão dos processos mais amplos de produção do espaço. Em termos teóricos revisitam-se a abordagem da economia política da urbanização e sua ênfase no papel dos agentes que atuam no processo, identificando-as como fundamentais, mas ainda assim insuficientes, para dar conta da complexidade contemporânea da expansão urbana. Introduce-se a discussão sobre a trajetória do pensamento ambiental, seus valores e percepções predeterminadas em relação a processos urbanos, bem como sobre a influência de tais concepções na criação da regulação ambiental e de seus instrumentos. A partir daí busca-se a contribuição da ecologia política para a análise da urbanização contemporânea, em particular em contextos do Terceiro Mundo, como o caso brasileiro.

Produção do Projeto Eixo-Sul (2002-2006)

A produção do projeto pode ser assim sumarizada: um livro¹ composto por 20 capítulos, envolvendo 24 autores; dois capítulos de livros; um artigo em periódico nacional; 27 trabalhos publicados em anais de diversos eventos científicos nacionais e internacionais, entre os quais se incluem encontros de associações como ANPUR, ABEP, ANPOCS, ANPPAS, WPSC e ANZAPS e congressos de cartografia, antropologia, economia, história da cidade e do urbanismo, sociologia e geografia urbana; e um seminário para discutir a produção do projeto, com debatedores nacionais convidados. Foram realizadas oito dissertações de mestrado em Geografia, Ciências Sociais e Arquitetura e Urbanismo; duas monografias de especialização em Geoprocessamento; e seis de graduação em Economia e Geografia. O projeto envolveu bolsistas de apoio técnico (1), de iniciação científica (9) e de outras modalidades de bolsas de graduação (5 PET e 1 PAD). Há ainda duas teses de doutorado e uma dissertação de mestrado em andamento.

¹ COSTA, H. S. M.; COSTA G. M.; MENDONÇA, J. G.; MONTE-MÓR, R. L. M. (Org.). *Novas periferias metropolitanas*. Belo Horizonte: C/Arte, 2006.